

Julien Chacel prevê recessão

Economistas da FGV acreditam que PIB brasileiro deve cair para 3%

por Vera Saavedra Durão
do Rio

O economista Julien Chacel traçou um cenário recessivo para a economia brasileira nos próximos doze meses, durante pronunciamento feito na entrega do Prêmio FGV 95 de Excelência Empresarial (ver matéria na página C-1). Chacel previu um recuo do Produto Interno Bruto (PIB) para 3%, ante os atuais 5%, aumento do desemprego, inflação entre 20 e 25% no período, taxa média de câmbio de US\$ 1,05, balança comercial equilibrada – por causa do aumento das exportações, estimuladas pela valorização cambial e pela queda da atividade interna – e taxa de juro real entre 15 e 18% ao ano. Economistas de peso da FGV, como o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, presentes ao evento, concordaram com o quadro desenhado por Chacel para o curto prazo da economia brasileira.

A reforma fiscal foi defendida pelo ex-ministro como medida imprescindível para o grande salto do Real rumo a uma economia crescendo de forma sustentada na casa dos 7% ao ano. Simonsen disse que o caminho da reforma fiscal começa com a privatização e criticou a lentidão do processo de privatização brasileiro.

O ex-ministro considera a venda de empresas públicas fundamental para abater os juros da dívida mobiliária, que atualmente abarcam 25% do Orçamento da



Mário Henrique Simonsen

União. Segundo seu relato, o governo dispõe de apenas 10% do Orçamento para gastar, pois 40% é para pagar o funcionalismo, 25% para transferência compulsória a estados e municípios, 25% para pagar os juros da dívida e 10% de sobra.

Simonsen recebeu também o aumento da poupança interna para equilibrar o déficit público, declarando que não basta adotar medidas de contenção do crédito e se apoiar na âncora cambial. "É preciso fazer a reforma fiscal e tributária para a inflação não voltar a crescer", avisou.

Para o ex-ministro, a "fase negra" da economia brasileira foi superada com o Real, mas "não podemos considerar todos os nossos problemas solucionados, neste momento do plano de estabilização", disparou.

Antônio Salazar, diretor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), também defendeu a reforma fiscal e "um ataque ao déficit público". O objetivo dessas medidas é claro, para Salazar: equilibrar o orçamento

do governo no médio prazo e, no longo prazo, estimular o crescimento da economia. No curto prazo o governo tem de enfrentar dois desafios, segundo Salazar, que são o reajuste das tarifas públicas até o fim do ano e a questão cambial.

TARIFAS E CÂMBIO

No tocante às tarifas públicas, o diretor do Ibre/

FGV foi favorável a um reajuste agora, "no momento em que a economia está desaquecida". Seu cálculo é que o governo aumente os combustíveis, por exemplo, em torno de 4%. O diretor-superintendente da Empresas de Petróleo Ipiranga, Antônio Mary Ulrich, que compareceu à FGV para receber o prêmio, revelou que há

pressão da revenda para um aumento, pois sua margem de ganho está muito reduzida. Apesar de as vendas de combustíveis terem crescido 20% no Plano Real, Ulrich denunciou o aumento da inadimplência em torno de 4%, principalmente na revenda, em função da política de restrição de crédito do governo.